

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DOS PROJETOS DA LOA/2020 E REVISÃO DO PPA 2018/2021 DE OLINDA REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2019, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

Às 10:45h do dia 04 de dezembro de dois mil e dezenove, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública para tratar dos projetos da LOA/2020 e revisão do PPA 2018/2021 de Olinda. **O vereador Jorge Federal assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** A mesa foi inicialmente composta pelas seguintes autoridades: Jorge Federal (Presidente), Ana Maria Albuquerque (Secretária de Saúde), Fabiano José Luiz Arruda de Melo (Diretor de Planejamento Governamental), Edilene Soares das Neves (Secretária Executiva de Programas e Políticas Educacionais). O Presidente registrou a presença dos vereadores Algério – A Nossa Voz, João Pé no Chão, Márcio Barbosa, Saulo Holanda, Neto da Beira Rio, Marcelo Soares, Graça Fonseca, Ricardo Sousa, Denise Almeida, Severino Barbosa – Biai, Mizael Prestanista e Vlademir Labanca. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Severino Barbosa – Biai. **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** *“Senhor Presidente, senhores vereadores, doutora Ana, que é Secretária da Saúde, Fabiano, da Fazenda e Planejamento, e senhora Edilene, da Educação. A audiência pública vai discutir realmente os assuntos, os itens que forem levantados e nós optamos por convidar a Secretaria da Saúde e Educação, haja vista que entendemos que em algumas situações se discutirão problemas dessas áreas e o pessoal da Fazenda não teria, talvez, toda explicação. Então, essa foi a ideia que alguma situação que fosse levantada na área da saúde, na área da educação, poderia ser até de outras secretarias, mas para não alongar muito essa discussão, nós pensamos nessas duas secretarias, Saúde e Educação, até mesmo porque são duas secretarias que têm realmente maiores demandas em qualquer município e não é diferente aqui em Olinda. De modo que a abertura, Vossa Excelência Jorge Federal, fique à disposição para desenvolver da melhor maneira possível com essas três secretarias aqui presentes e com os quinze vereadores que estão marcando presença nessa sessão. Essas são as minhas palavras, muito obrigado.”* O Presidente passou a palavra para a Secretária de Saúde Ana Maria. **SECRETÁRIA DE SAÚDE ANA ALBUQUERQUE:** *“Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui podendo colocar as explicações referentes à Secretaria Municipal de Saúde de Olinda com relação à nossa proposta pra LOA de 2020. Eu acho que o principal avanço em relação à LOA de 2019 é o aumento do percentual investido em saúde. Então, a gente conseguiu sensibilizar a todos com a necessidade de investir recursos em saúde no Município de Olinda e a gente conseguiu pactuar um reforço, chegando a 18,44% dos recursos próprios investidos em saúde. Então, acho que esse é o nosso principal ganho em relação ao que será investido na assistência à saúde no Município de Olinda.”* O Presidente passou a palavra para a senhora Edilene Soares das Neves, Secretária Executiva de Programas e Políticas Educacionais. **SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO EDILENE SOARES:** *“Bom dia a todos e a todas. Quero colocar que o professor Paulo Roberto não está presente hoje aqui na audiência porque o professor Paulo Roberto está em Brasília, por isso que ele não está aqui no momento. Em relação à questão da educação, na LOA pra 2020, nós temos a questão da construção dos CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil) porque houve mudança, a questão do governo federal ter mudança na questão dos ministros, houve uma certa demora pra liberação do recurso. Então, nós temos isso aí, a construção de CMEI que são através de convênios juntamente com o Ministério da Educação, como também ampliação de algumas unidades ensino, que são através de emendas parlamentares. Quanto ao percentual pra educação em 2020, vocês sabem que o percentual é de 25%, nós teremos em 2020 o percentual que será de 25,19% de investimento para educação. Então, diante do que está disposto aí a gente percebe que o governo vem ampliando o percentual tanto em educação quanto em saúde.”* O Presidente passou a palavra para o Diretor de Planejamento Governamental Fabiano José. **DIRETOR FABIANO JOSÉ:** *“Bom dia a todos os presentes, mais uma vez aqui tentando contribuir com os projetos de lei que estão em tramitação na Câmara relacionados ao orçamento de 2020. Vou só fazer*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

um esclarecimento inicial sobre quais são esses instrumentos e quais as funções de cada um. O Plano Plurianual, que tem vigência de quatro anos, é um instrumento de planejamento caracterizado como estratégico do governo e um instrumento considerado de médio prazo. E ele vem estruturar todo o plano de governo que a gestão se propôs a realizar dentro do município durante a campanha de governo. Nós fizemos um trabalho de estimar a receita que seria realizada, arrecadada em 2020, tendo em vista o cenário econômico que o país passa, fizemos um estudo moderado, conservador, que a gente não pode, tendo em vista toda essa situação, fixar um recurso sem que haja, de fato, a sua realização. E o Plano Plurianual define as diretrizes, objetivos e metas que devem ser executadas pras despesas de capital e outras delas decorrentes. A gente elaborou esse plano em 2017 pra ele vigorar de 2018 a 2021 e a cada ano se faz a revisão de plano. A Lei Orçamentária é um instrumento também de planejamento, com vigência anual, e esse documento traz como é que vai ser gasto esse recurso. Ele a realocação ou a alocação dos recursos em cada área de atuação do governo. Então, da mesma forma que a gente faz a previsão da arrecadação dentro do projeto do PPA, da revisão, esse mesmo valor é retratado na Lei Orçamentária. Na Lei Orçamentária também é fixada as despesas que o Poder Público vai executar durante o exercício. Era esse o esclarecimento inicial que eu queria fazer sobre os instrumentos e ficaremos aguardando todos os questionamentos ou dúvidas." O Presidente passou a palavra para o vereador Ricardo Sousa. **VEREADOR RICARDO SOUSA:** "Bom dia a todos e a todas. Aqui seria basicamente a Secretaria de Saúde. Saber desse montante, já que foi incrementado 3,44% a mais pra saúde, saber se a gente tem condições de destinar recursos pra finalizar a maternidade Brites de Albuquerque, se a gente tem condições de colocar a UPA do Rio Doce em funcionamento, porque pelo que a gente sabe está garantida a conclusão dela e os equipamentos que foram recursos através de emenda parlamentar. E saber também, dentro desse recurso, quantas unidades de saúde da família vão ser ampliadas para garantir a cobertura maior pros munícipes? E com relação à Secretaria da Fazenda a gente teve um incremento de R\$ 144.000.000,00 no orçamento desse ano de 2020. Então, perguntar a Fabiano, no ano passado a LOA tinha uma previsão de setecentos e alguma coisa e depois foi reduzido, reorçamentado pra seiscentos. Como é que a gente chega nesse cálculo pra chegar aqui, já que a gente reduziu no meio do ano de 2018, foi feita uma redução, e esse incremento aqui eu não consigo compreender qual foi o fim dessa ampliação de R\$ 144.000.000,00." O Presidente passou a palavra para o Secretário Legislativo Júnior Lyra. **SECRETÁRIO LEGISLATIVO JÚNIOR LYRA:** "Bom dia. Na verdade, Presidente, é reforçando a pergunta que o vereador Ricardo Sousa acabou de fazer, Fabiano. Porque na verdade tem R\$ 896.000.000,00 orçados pra 2020. E o orçamento de 2019 previu R\$ 751.000.000,00. Dá R\$ 144.000.000,00 mais ou menos de diferença. E na reestimativa, salvo engano de agosto, quando foi feita aqui a apresentação do 2º RDQ, foi reestimado pra R\$ 651.000.000,00. Ou seja, houve uma redução de R\$ 100.000.000,00 entre o previsto no orçamento e o reestimado, então isso dá R\$ 244.000.000,00. Ou seja, 39%, o que o Município está nos dizendo nesse projeto de lei aqui é que vai haver um incremento de 39% com relação ao orçamento desse ano. Então, a gente queria que fosse esclarecido melhor de onde é que vem tanto dinheiro porque o país está em um movimento de recuperação, mas não num movimento de recuperação tão ambicioso quanto o que eu estou vendo no orçamento. E a minha segunda pergunta é com relação a essa estimativa que está prevista 25% e 20%. Nós fizemos na LDO e foi reduzido pra 20% o que era 25%, né? Se com relação a isso está tudo ok e as comissões já podem trabalhar no sentido de adequar esse percentual? Por enquanto é isso, Presidente." O Presidente passou a palavra para a vereadora Denise Almeida. **VEREADORA DENISE ALMEIDA:** "Bom dia a todos e a todas. A minha pergunta é pra Secretária de Saúde, é um ponto que a gente já vem tratando a muito tempo, que é sobre a emergência de Peixinhos, que o plantão lá só vive restrito. Eu gostaria de saber se com esse orçamento vai contratar mais médicos pra aquela área? Se vai ampliar o atendimento naquele lugar? Porque ali só tem realmente aquele posto que atende à população. Além dali de Peixinhos, também gostaria de saber se na Secretaria de Saúde vocês vão disponibilizar com esse orçamento também guarda para a Policlínica da Mulher ali

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

de Peixinhos, que recentemente foi assaltada, não sei se a senhora está sabendo. E sobre Águas Compridas também que quando chove, o posto de saúde ali de Águas Compridas III está cheio d'água e o teto caindo. Então, gostaria de saber se com esse orçamento esses postos de saúde vão ser priorizados?" O Presidente passou a palavra para o Secretário Legislativo Júnior Lyra.

SECRETÁRIO LEGISLATIVO JÚNIOR LYRA: "Fabiano, uma terceira pergunta que me ocorreu agora é a seguinte: quanto foi arrecadado efetivamente até a presente data? Se você tiver essa informação, acho que você deve ter pelo menos até outubro esses dados. E qual a previsão que o Município tem de arrecadação até o final desse ano? É pra a gente ter uma ideia desses números." O Presidente concedeu a palavra ao vereador Severino Barbosa – Biai.

VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI: "É para a Secretaria de Saúde, perguntar da possibilidade desse complemento dos médicos que hoje faltam na rede, se há essa possibilidade de realmente todos os postos serem contemplados com o médico daquela área? É só isso." O Presidente abriu espaço para as pessoas da galeria fazerem questionamentos a respeito do tema. Ninguém quis se pronunciar. O Presidente passou a palavra para a palavra para a Secretária de Saúde Ana Maria Albuquerque.

SECRETÁRIA DE SAÚDE ANA ALBUQUERQUE: "Bom dia novamente. Eu vou começar respondendo aos questionamentos do vereador Ricardo Sousa com relação à finalização da maternidade Brites de Albuquerque. No orçamento da LOA 2020 foi destinado na ação Atenção Especializada em Saúde, que é a ação 3034, na sub-ação 2021, Estruturar a Maternidade Brites de Albuquerque no valor de R\$ 1.000.000,00 de fonte do tesouro pra que a gente possa dar continuidade à reforma da maternidade. E em relação à UPA Rio Doce no orçamento da LOA 2020 estão destinados recursos pra adquirir equipamentos pra funcionamento da UPA Rio Doce no valor de R\$ 600.000,00 e para finalizara obra da UPA Rio Doce e estruturar a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas de Rio Doce no valor de R\$ 1.000.000,00 de fonte do tesouro. E em relação à ampliação das equipes de saúde da família, foi destinado na ação da Atenção Básica, sub-ação 3, ação 4055, Garantia do Acesso da população às Ações e Serviços de Atenção Básica. Na sub-ação 3222, Ampliar Equipes da Estratégia de Saúde da Família, o valor é de R\$ 270.000,00, sendo R\$ 130.000,00 da fonte do tesouro e R\$ 140.000,00 de fonte do Fundo Nacional de Saúde. Isso a gente vai conseguir ampliar seis equipes da estratégia saúde da família." **VEREADOR RICARDO SOUSA:** "Doutora, só interrompendo pra senhora poder complementar. Na realidade, a conclusão da UPA de Rio Doce e equipamento, ela vem desde o ano passado, esse mesmo valor veio colocado na LOA do ano passado. A pergunta que eu fiz aqui é: se com este incremento de 3,44%, será que dá pra ter uma previsão dentro do orçamento pra gente poder colocar a UPA pra o funcionamento? Porque o que tem aqui..."

SECRETÁRIA DE SAÚDE ANA ALBUQUERQUE: "Essa é a intenção da gestão do Prefeito." **VEREADOR RICARDO SOUSA:** "É porque eu não consegui enxergar dentro da LOA nenhuma rubrica que pudesse garantir o funcionamento. Eu consegui enxergar esses dois valores que era finalizar e equipar, mas..."

SECRETÁRIA DE SAÚDE ANA ALBUQUERQUE: "Finalizar a obra e equipar. A manutenção está dentro de uma ação grande da média e alta complexidade, que é a manutenção da rede. Vou lhe dizer qual é. Ampliar e Manter a Sub-ação 6061. Ampliar e Manter a Rede de Atenção Especializada de Apoio ao Diagnóstico em Saúde, Policlínicas, SPA, UPA e CAPS. Está explícito UPA. Nesse tem R\$ 23.156.500,00, R\$ 6.000.000,00 são do tesouro e R\$ 17.867.000,00 do Fundo Nacional de Saúde."

VEREADOR RICARDO SOUSA: "Então a gente pode ficar tranquilo aqui e tem o compromisso da gestão municipal que no ano de 2020 a UPA de Rio Doce vai estar em pleno funcionamento, é isso que eu estou compreendendo?" **SECRETÁRIA DE SAÚDE ANA ALBUQUERQUE:** "Sim, é isso. O compromisso do Prefeito é de inaugurar a UPA em 2020 e que ela esteja em pleno funcionamento."

VEREADOR RICARDO SOUSA: "Da mesma forma a gente tem esse compromisso pra Maternidade Brites de Albuquerque?" **SECRETÁRIA DE SAÚDE ANA ALBUQUERQUE:** "Em 2020 eu acredito que não porque o trâmite da maternidade é um pouco mais longo. Requer uma contrapartida importante da Secretaria Estadual de Saúde, uma vez que ela tem uma característica que será de uma maternidade de alto risco para ser uma maternidade de referência pra toda a região

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

metropolitana. Então, a Secretaria Estadual de Saúde em Pernambuco tem que ter uma contrapartida, não só para a finalização da obra, finalização dos equipamentos, mas também para manutenção, visto que será uma maternidade de alto risco. Ela não será uma maternidade de risco habitual.”

VEREADOR RICARDO SOUSA: “Pelo que a gente sabe esse recurso era em torno de R\$ 6.500.000,00, isso há alguns anos quando o Governo do Estado se propôs a fazer essa maternidade, que é referência pra essa parte norte. Ele investiu cerca de R\$ 1.000.000,00 e depois desse processo ele desistiu de fazer isso. Então, com esse R\$ 1.000.000,00 que está...”

SECRETÁRIA DE SAÚDE ANA ALBUQUERQUE: “Na verdade a gente não tem do governo estadual nenhuma desistência oficial. Existe uma tratativa com o governo estadual de discutir a Maternidade Brites de Albuquerque para que ela seja sim uma maternidade de referência pra região norte do estado.”

VEREADOR RICARDO SOUSA: “A gente não tem essa perspectiva?”

SECRETÁRIA DE SAÚDE ANA ALBUQUERQUE: “Pra estar em funcionamento não porque depende do Governo Estadual.”

VEREADOR RICARDO SOUSA: “E para finalizar, com relação a essas seis equipes de saúde da família que serão acrescentadas, a gente pode ter uma garantia de que na IV Etapa de Rio Doce, onde tem sua totalidade de áreas descobertas, a gente possa ter uma Unidade de Saúde da Família?”

SECRETÁRIA DE SAÚDE ANA ALBUQUERQUE: “Vereador, a gente vai estar apresentando ao Conselho Municipal de Saúde a proposta da ampliação dessas seis equipes pra que seja priorizado as áreas descobertas. E aí sim, uma das opções é essa. Mas eu não posso garantir que a aprovação do Conselho Municipal de Saúde será esta. Nós vamos levar a proposta, o conselho vai discutir e a gente vai aprovar junto ao conselho onde serão essas seis equipes.”

VEREADOR RICARDO SOUSA: “Mas eu tenho a garantia que a Secretaria de Saúde vai indicar ao Conselho para unidade de saúde da família uma das áreas na Quarta Etapa de Rio Doce?”

SECRETÁRIA DE SAÚDE – ANA ALBUQUERQUE: “Uma das áreas descobertas.”

VEREADOR RICARDO SOUSA: “Muito obrigado.”

VEREADORA GRAÇA FONSECA: “Em relação à Maternidade Brites, eu não consegui entender... porque a maternidade no início era do Município, depois o estado interveio com interesse de transformá-la em uma maternidade de alto risco, mas eu realmente não sei. Gostaria, até, que vossa excelência me explicasse, qual a responsabilidade do Estado e do Município em relação à reativação da Maternidade Brites de Albuquerque, porque às vezes há um conflito, um empurra para o outro. Eu vi isso na gestão passada, quando a secretária anterior veio dizendo que estaria bem mais a cargo do Estado, no sentido de transformá-la em alta complexidade. Qual a responsabilidade, efetivamente, do poder municipal e estadual para fazer com que essa maternidade venha a acontecer?”

SECRETÁRIA DE SAÚDE – ANA ALBUQUERQUE: “No início da gestão do Professor Lupércio, as gestantes de Olinda tinham que migrar para que tivessem o seu parto garantido em outro município. Foi feito todo um trabalho junto à maternidade do Hospital Tricentenário, que é privado, conveniado ao SUS municipal, para garantir que as gestantes de Olinda pudessem parir no Município de Olinda. Esse trabalho resultou numa ampliação do percentual de gestantes residentes em Olinda parindo em Olinda. Algo que saiu de 20% para 86%, um percentual importante de mulheres hoje estão parindo dentro do Município de Olinda. As mulheres que não estão parindo em Olinda são, em grande maioria, gestantes de alto risco, mulheres que têm alguma patologia associada à sua gestação e que faz com que aquele parto tenha que ocorrer numa unidade que tenha condições mais complexas para o atendimento a essa gestante e seu bebê. Tem que ter UTI de adulto, UTI neonatal, toda uma estrutura para acolher esse bebê e essa gestante que tem uma patologia associada. No Estado de Pernambuco está convencionado que as maternidades de alto risco são de competência da Secretaria Estadual de Saúde. Nem o Município de Recife tem, até este momento, uma maternidade de alto risco sob gestão municipal, visto que é muito dispendioso, é um valor muito alto para você manter uma maternidade de alto risco. A gente tem maternidade de alto risco em Petrolina, Caruaru, Recife, todas sob gestão do Estado. Então, essas maternidades de alto risco são mantidas pelo governo estadual. Quando a maternidade Brites de Albuquerque, que era uma maternidade de risco habitual, ou baixo risco, era da gestão municipal e teve que ser fechada para

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

reforma, porque ela não atendia mais nenhum critério da resolução colegiada da vigilância sanitária da ANVISA. Então, existem regulamentações que dizem o que tem ter numa unidade de saúde (leitos, metragem, aparelhagem). Toda a estrutura de uma unidade de saúde é normatizada por RD6, redigida pela ANVISA. A Maternidade Brites de Albuquerque não atendia as resoluções da ANVISA, então ela teve que ser fechada para que fosse feita uma reforma importante. Nesse período foi contratado o serviço do Hospital Tricentenário para fazer o parto de risco habitual ou baixo risco. Isso foi feito na gestão passada e essa gestão chegou com a maternidade fechada, o Tricentenário fazendo esse serviço e o que a gente fez foi qualificar o serviço, garantindo o acesso da gestante de Olinda ao Tricentenário, criando um vínculo entre a gestante e o Tricentenário. Então, Olinda resolveu a demanda de parto de risco habitual. Isso está resolvido. Olinda hoje não tem necessidade de uma maternidade para risco habitual, o Município de Olinda precisa de uma maternidade de alto risco. Não existe demanda para um município de Olinda para uma maternidade de alto risco, então essa maternidade vai atender vários municípios dessa região. Para isso, há que ter um financiamento do estado, visto que serão gestantes de alto risco atendidas em maternidades de alto risco no município de Recife, que deixarão de ir para lá para serem atendidas aqui em Olinda. Então, gestantes de Abreu e Lima, Igarassu, Paulista, toda essa região serão atendidas aqui e o município de Olinda não pode assumir o compromisso da manutenção desse serviço, uma vez que vai tirar recursos financeiros importantes para a manutenção de serviços básicos de saúde, para atender uma população que não é sua. Então, Olinda tem que garantir que essa negociação com o estado ocorra para que ele cumpra com o compromisso da manutenção de uma unidade de alto risco no Município de Olinda.”

VEREADORA GRAÇA FONSECA: “Era isso que eu queria ter certeza, porque eu sempre entendi que a partir do momento em que eu estado veio para cá, claro, a maternidade estava fechada e na época a responsabilidade era do município, que não dava condições para que ela funcionasse nos casos de baixo risco. Mas, a partir do momento em que o estado veio para cá, querendo assumir como uma maternidade de alto risco, para atender pacientes de outras cidades, eu acredito que a partir daí a responsabilidade não é do município.”

SECRETÁRIA DE SAÚDE – ANA ALBUQUERQUE: “O município é responsável pelo parto de baixo risco.”

VEREADORA GRAÇA FONSECA: “Mas isso já está sendo feito. O que quero dizer é que no tocante à Brites, a gente ouviu um clamor muito grande, exigindo a responsabilidade do município, que pelo que estou ouvindo aqui a responsabilidade pela reabertura dessa maternidade nesse termo de alto risco não é do município, é do estado. Então, a cobrança deve ser do estado. Claro que o município tem a responsabilidade de ir atrás do poder estadual e defender seu interesse, até porque o imóvel é do município. Mas, a responsabilidade maior pela reabertura eu acredito que é do governo estadual e a gente tem que cobrar dele, não só o Executivo, nós aqui da Casa Legislativa, porque a gente ouviu a reclamação da população. Então, queria deixar claro essa responsabilidade que o estado tem para com Olinda a partir do momento em que ele se interessou e depois deixou para lá. Então, ele é que tem que tomar atitude no sentido de reabrir a maternidade. Muito obrigada pelo esclarecimento.”

SECRETÁRIA DE SAÚDE – ANA ALBUQUERQUE: “Em relação à vereadora Denise, sobre o SPA – Peixinhos, a gente destinou na LOA trezentos e dez mil para requalificação do SPA – Peixinhos para que a gente possa ter entradas distintas para o SPA adulto e SPA infantil, requalificando o atendimento. Além disso, em relação aos médicos, fizemos um processo de seleção que encerrou na última quinta-feira, estamos em fase de análise de currículos para publicar o resultado da seleção, em que a gente selecionou médicos, clínicos de urgência e emergência... se inscreveram quinze, então a gente tem uma boa perspectiva de completar o quadro de médicos do SPA – Peixinhos, essa é a nossa esperança com esse processo seletivo. Com isso a gente vai chamar esse médicos para que eles completem os plantões do SPA – Peixinhos, para não termos mais plantões fechados por falta de pessoal. Não só médicos, mas enfermeiros e técnicos de enfermagem estão sendo chamados para compor as equipes. Em relação à Policlínica da Mulher, que foi invadida e teve equipamentos levados, a gente destinou uma segurança armada para que ficasse na Policlínica da Mulher.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

garantindo a melhor segurança, tanto dos usuários, quanto dos trabalhadores. Em relação à Águas Compridas Três, a gente tem um imóvel para ser alugar e a gente possa fazer a transferência da equipe que hoje atua nesse imóvel, que não está em condições adequadas, mas a gente já está com um imóvel sendo negociado com o proprietário para que a gente possa fazer o contrato e transferir a equipe para outro endereço, numa condição bem melhor de atendimento à população.”

VEREADORA DENISE ALMEIDA: “Existe alguma previsão para essa transferência?”

SECRETÁRIA DE SAÚDE – ANA ALBUQUERQUE: “A gente espera que seja até o final desse mês. Em relação ao vereador Biai, em relação à nossa rede de PSF, temos cinquenta e sete equipes de PSF, apenas seis estão sem médicos. Encontramos uma situação bem diferente dessa e conseguimos uma lotação de médicos de maneira mais eficiente, apenas seis estão sem médicos. E a gente tem dezenove inscritos no processo de seleção. Então, até o final desse mês, a gente tem a perspectiva de completar as cinquenta e sete equipes de saúde da família com médicos no município de Olinda. Essas foram as perguntas que me foram feitas.”

VEREADOR ALGÉRIO – NOSSA VOZ: “Retornando um pouco o que a dra. Graça Fonseca falou, da questão da Maternidade Brites de Albuquerque, eu vejo que o município tem que entrar em contato com o governo do estado e dizer ‘vai fazer? Não vai fazer?’, porque isso fica muito ruim, porque toda a pressão fica dentro do município, porque é um imóvel que fica dentro do município. Então, eu vejo que o município tem que entrar em contato com o governo do estado e tomar uma decisão, porque estava funcionando aqui. Se a gente coloca na balança o custo de abrir a Maternidade Brites de Albuquerque e funcionar como uma maternidade de partos tradicionais e bota na balança com o Tricentenário, o custo é 50% menor e ninguém vai abrir algo com o custo 50% maior. Então, não vai abrir a maternidade tendo um custo 50% maior, vai deixar no Tricentenário, porque está dando conta, é uma parceria que está dando certo, mas tem que definir aquele imóvel ali e conversar com o governo do estado para saber se vai ser aberto, porque eu vejo que, às vezes, tem muito imóvel no município que são do governo estadual e fica nessa questão: está no município, o município não define porque é do governo estadual, mas não entra em contato para bater o martelo ou para pedir ‘olha, vocês não querem? Então, vai deixar de ser a maternidade e vai ser outra unidade’. Se isso não for definido, a cobrança vai ser sempre dentro do município, nunca será direcionada ao governo do estado, porque o imóvel está no município. Então, tem que ter essa pressão de entrar em contato com o governador e com o secretário de saúde do estado para saber se querem o imóvel, se está dentro de alguma programação. Se dentro do cálculo financeiro eles estão vendo que não é viável e que tem outra maternidade referência que vai fazer parto de alto risco e que não é viável a abertura de mais uma, então por que a gente ficar com esse imóvel aqui, parado, e cada dia que passa a gente tem um prejuízo maior, uma cobrança maior, uma pressão maior, porque essa pressão é para o Prefeito e para os vereadores. Se ela tivesse escondida, talvez a pressão fosse menor, mas todo mundo que passa ali, vê, é na avenida. E vai se iniciar uma campanha eleitoral agora e se torna peça de campanha eleitoral: ‘cadê a Brites de Albuquerque?’. Acredito que antes de outubro ela esteja funcionando, se Deus permitir, com todo esse esforço que está havendo, mas ela será mais uma peça de campanha, sendo pressionada no Prefeito e também nos vereadores, dizendo que os vereadores não estão fazendo nada, porque não cobram, porque não tem essa pressão de definição. Então, peço carinhosamente que a senhora entre em contato com o governo do estado e bata o martelo, porque ‘não será mais uma maternidade’, e aí? Policlínica de referência, sala de debates... mas que seja utilizado! A gente sabe que existem muitos prédios alugados do município, de repente é cedido para alguma outra secretaria e passa a secretaria para ali e deixa de pagar aluguel e se torna um imóvel do município sendo utilizado com redução de aluguel de algum imóvel que esteja sendo pago em alguma secretaria. Mas, que seja um imóvel utilizado, num espaço excelente, numa avenida daquelas, toda a estrutura... eu tive a felicidade de ir para uma das reinaugurações, com Eduardo Campos, e a gente vê o imóvel daquele jeito. Então, me ajudem a tirar esse peso e essa cobrança em cima do Prefeito e dos vereadores, que são muito pressionados a respeito disso, porque nós já temos uma maternidade que atende, não precisa de mais outra. A gente sabe que isso não vai acontecer.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

então deixa só o Tricentenário fazendo o que faz ali, de qualidade e a outra a gente parte para outra solução e tirar isso porque é um peso que está, de quatro em quatro anos, vindo à tona. Eu peço esse carinho, essa atenção.” **VEREADOR VLADEMIR LABANCA:** “Bom dia a todos e a todas. Eu queria endossar essa questão da Brites de Albuquerque, inclusive essa semana, a gente conversando com as pessoas na rua, teve uma cobrança de uma pessoa que teve a filha fora da cidade, porque não conseguiu ter a filha dentro de Olinda. Existe uma cobrança muito grande da população com relação à Brites, inclusive essa pessoa também disse que foi promessa do atual Prefeito e isso é importante, a gente colocar as promessas como prioridade da gestão, até mesmo para nos justificarmos para essas pessoas. Ontem passei por lá e vi que ela está sendo utilizada, não sei para que fim. É o SAMU, não é?” **SECRETÁRIA DE SAÚDE – ANA ALBUQUERQUE:** “O SAMU está lá temporariamente, enquanto a gente faz a reforma da sede do SAMU. Ele está nessa sede provisória para que a gente possa fazer a reforma da sede do SAMU.” **VEREADOR VLADEMIR LABANCA:** “Em São Lourenço, por exemplo, a maternidade servia de maternidade regional, com o apoio do governo do estado. Eu não sei se a Prefeitura consegue fazer com que ela assuma uma parte do custeio daquilo ali.” **SECRETÁRIA DE SAÚDE – ANA ALBUQUERQUE:** “Isso que eu falei na minha fala para a vereadora Graça, exatamente isso, que a intenção do governo do estado é que seja uma maternidade de alto risco para toda a região, então para toda a região norte do estado, dos municípios de Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Abreu e Lima, Paulista, Olinda, em toda essa região as gestantes de alto risco iriam parir aqui.” **VEREADOR VLADEMIR LABANCA:** “Existe um anseio da população muito grande com relação a isso, eu acho que é até ruim fazer a utilização daquele equipamento para outro fim, sabe? Mas eu acho que tem como dar prioridade à maternidade, conversando com o estado, não sei o relacionamento como está.” **SECRETÁRIA DE SAÚDE – ANA ALBUQUERQUE:** “Então, eu queria aproveitar para responder ao vereador Algério. Queria dizer que o meu relacionamento com o secretário estadual André Longo é de uma amizade antiga, então a gente se entende muito, ele é um técnico muito capacitado que eu conheço há muitos anos. A gente já teve algumas conversas e em relação ao tema de gestação de alto risco, o próprio Ministério Público de Pernambuco... desde que eu assumi, eu já fui para umas oito reuniões com os municípios da região metropolitana, então, secretários municipais de saúde de todos os municípios da região metropolitana para discutir a rede materna infantil em Pernambuco e é uma ação que está sendo mediada pelo Ministério Público, com assento da Secretaria Estadual de Saúde, não só o próprio secretário estadual André Longo, mas todo o corpo técnico dele está indo para essas reuniões e os secretários e secretárias municipais de Saúde de todos os 19 municípios da Região Metropolitana. Então, nesse Plano de Ação, está aí uma das coisas que é apontada é a reabertura da Maternidade Brites de Albuquerque, isso está apontado já no Plano de Ação, que está sendo discutido junto e mediado pelo Ministério Público de Pernambuco, porque envolve não só o recurso financeiro do próprio Estado, mas que o Estado também tem que ter o apoio do Governo Federal para que ele possa abrir um novo serviço em Pernambuco. Então, isso não é uma negociação rápida porque envolve não só a União, o Estado de Pernambuco e 19 Municípios. Então, é todo um conjunto de atores que estão, como eu disse, nós já tivemos 8 reuniões, hoje eu completo 6 meses à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Olinda. Nesse período, a gente já teve 8 reuniões desse porte, reuniões em que o próprio secretário e a própria secretária têm que estar presentes para discutir toda a Rede Materno-Infantil do Estado de Pernambuco, com foco na Região Metropolitana, que são os 19 Municípios. E volto a dizer, esse é um assunto que está na pauta, que a gente está discutindo, o Estado tem sim a sua preocupação, o seu interesse nessa pauta, mas que envolve também a busca de recursos financeiros junto ao Governo Federal. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo.” **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** “Eu vejo ultimamente, nos últimos anos, a senhora que está há 6 meses aqui, mas a gente sempre vem discutindo a questão da Brites de Albuquerque desde o mandato passado quando ela parou de funcionar há anos e a gente sempre continua nessa mesma discussão. Nesse novo mandato, eu vejo uma falta de interesse muito grande do Governo do Estado de poder

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ajudar a cidade de Olinda, porque diversas vezes eu vi em outros mandatos em outros anos, o Governo do Estado sempre presente aqui na cidade. E vejo em outras cidades acontecendo o que não acontece em Olinda. Em Recife, que é a capital, uma cidade rica, que tem condições, o Governo do Estado está presente em quase todas as situações em Recife. Em Olinda, a gente não consegue visualizar isso. A gente precisa que o Governo do Estado possa se fazer presente dentro da cidade porque é o Governador, a Vice-Governadora foi Prefeita da cidade, indicou o antecessor dela, que foi o Renildo e hoje a gente vê um Governo omissivo na cidade de Olinda, essa é a minha visão. A gente vê uma Brites de Albuquerque parada, uma maternidade daquele porte parado se acabando, a gente sabe que Olinda sozinha não consegue fazer com que aquela maternidade consiga andar com suas próprias pernas, precisa do apoio do governo e a gente não consegue visualizar. Então, eu fico triste em ver vários equipamentos dentro da cidade precisando de um apoio do Governo do Estado em vários equipamentos. Eu soube semana passada, várias pessoas estavam me questionando sobre as vacinas antirrábicas, pra animais e eu soube é que o Governo do Estado é que manda para a cidade de Olinda. Então, várias pessoas me questionando e a gente não vê sequer uma palavra do Governo do Estado. Então, eu espero que, como a senhora tem um acesso muito bom com o secretário e vários outros secretários do Governo do Estado, possa trazer essa visão para aqui pra dentro da cidade, possa trazer o Governo do Estado presente na cidade de Olinda, porque se a gente for depender do Governo do Estado em parceria com o Governo Federal para trazer alguma coisa para Olinda, me desculpe a palavra: a gente está ferrado. Porque é uma briga, aí levam para o lado político da situação e aí termina a cidade de Olinda sempre ficando por último. Então, termina colocando sempre a política na frente do bem-estar da população. Então eu espero que possa, mais na frente, a partir do ano que vem, o Governo do Estado possa estar presente aqui na cidade de Olinda. Muito obrigado e parabéns Vossa Excelência, secretária, pelo trabalho que vem fazendo aqui. A gente sabe que não é fácil, tem 6 meses que a senhora está aqui, mas sei do empenho e do compromisso que a senhora tem, compromisso em várias cidades que passaram, principalmente por Caruaru. Várias pessoas que lhe conhecem já me falaram muito bem do seu trabalho, então espero realmente que a senhora consiga dar um rumo aqui para a cidade de Olinda e consiga realmente ocupar essas lacunas que existem na cidade e que o Executivo sabe que existe e que precisa ser feito, e que precisa ser ocupado e que precisa ser dada uma atenção a esses moradores aqui, que ficaram vários anos com postos parados, sem atendimento médico. Passaram 2 anos e pouco com mais de 12 postos de saúde parados aqui na cidade, um caos total. Então, a gente sabe que trabalho não é fácil, o trabalho é difícil, mas o importante é ter a força de vontade e a garra, que eu sei que a senhora tem." O Presidente concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca. **VEREADOR VLADEMIR LABANCA:** "Vale salientar também, secretária, que muitos dos olindenses deixam seu tributo em Recife, porque trabalham lá, tem um compromisso diário lá, então é bom e importante colocar isso em pauta. Eles precisam do serviço público de Olinda e deixam lá. E se o Estado beneficia Recife, como beneficia, aí Olinda nunca vai conseguir melhorar os serviços públicos." O Presidente concedeu a palavra ao vereador Márcio Barbosa. **VEREADOR MÁRCIO BARBOSA:** "Vereador Jesuíno, secretária, Presidente Jorge Federal. Vereador Jesuíno, eu tenho uma recordação de que, quando entrei nessa Casa, em 2005, em 2006 o Governador Eduardo Campos entregou aquela UPA ali do lado e ali havia uma preocupação muito grande minha porque naquela época o pessoal ia muito na minha casa para poder pegar gestantes lá em Moreno. Na época, o Professor Lupércio era vereador dessa Casa, fizemos uma visita, aí a própria Prefeita na época se dizia fazer, o Governo do Estado em fazer uma maternidade de alto risco. Durante esses 15 anos que estou nesta Casa, meu caro Presidente, foi tanta emenda para ali, chegou até a chegar os equipamentos de alto risco há 6 anos, eu acho que o Governo do Estado colaborou muito com esse Município na questão de abrir aquela maternidade, mas a gente nem sabe qual é o mistério, a caixa-preta dali, talvez os recursos que vieram para abrir aquela maternidade davam para fazer 4 maternidades de alto risco aqui, é lamentável. O Prefeito falava na época que o custo para manter a maternidade de alto risco era muito alto e ali se acabou os recursos do Governo

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Federal, do Governo do Estado e até hoje ninguém sabe o destino daquilo ali. Muitas vezes o Prefeito dá uma contrapartida, quer ver uma coisa boa na cidade, mas não tem como manter, aí termina os recursos que eles conseguiram, as emendas que eles conseguiram com deputado, com senador, indo pelo ralo, por água abaixo. Infelizmente, quem sofre é a população de Olinda, e sofre até hoje, porque quantas vezes o cara chega ali de madrugada na ambulância, eu sou vítima, chego lá com um paciente, não tem médico, está lotado, aí vai para Barros Lima, vai não sei para onde, fica pensando a noite toda, mas eu tenho fé que um dia alguém possa resolver esse problema, vou esperar, pode esperar 5 anos, 10 anos, 20 anos, mas tenho esperança que resolva. A secretária chegou agora, a gente não pode nem sacrificar muito ela porque, secretária, eu creio que a senhora pegou muito problema naquela Secretaria. A gente vê tanto que ali já teve uns 8 secretários ou 6, mas as coisas estão andando com a senhora, então a senhora tem a sua competência de ter vindo do Governo do Estado e só trabalhar com a Saúde e a gente estar vendo as coisas desenvolverem. Alguns problemas o secretário Evandro já me salientou que a senhora fez uma seleção, está faltando até uns médicos lá em Sapucaia e eu creio que esse problema tenha sido solucionado, mas a realidade é essa. Uma vez eu fiz uma pergunta a Eduardo 'Mas Eduardo, tanto recurso que veio para cá.' e ele disse: 'É melhor ficar calado, Márcio Barbosa' deu uma risada e foi embora. Mas vamos para frente." O Presidente concedeu a palavra ao secretário legislativo Júnior Lyra. **SECRETÁRIO LEGISLATIVO JÚNIOR LYRA:** "Na verdade, essa questão da Brites de Albuquerque, eu quero fazer só um pequeno registro. Se falarmos em Governo Federal, foi Governo Fernando Henrique, Governo Lula, Governo Dilma, Governo Temer e agora nós estamos agora no Governo Bolsonaro. Se a gente falar em Governo Estadual: Jarbas Vasconcelos, Mendonça, Eduardo, João Lyra, Paulo Câmara e a gente ainda continua com ela. Em Governo Municipal: Jacilda, Luciana duas vezes, Renildo duas vezes e agora três quartos do Governo Lupércio. O que é que eu quero dizer com isso? É que me preocupa que a gente está falando não só de Governos, a gente está falando de recursos públicos, de um equipamento público de suma importância para o Município e que eu estive lá em 97, isso dá 22 anos. Aquilo era para ser um hospital inicialmente. E eu costumo dizer aqui que Olinda é a cidade das gambiarras, né? Você começa fazendo uma coisa, não vai conseguir terminar, aí dá um jeitinho, pinta, deixa bonitinho, inaugura e diz que está funcionando. Esse é o grande problema da nossa cidade. Nós precisamos tratar recursos públicos com seriedade, com muita seriedade. A gente está falando de um hospital que tem 22 anos e não consegue funcionar. Aí essa caixa-preta que o vereador Márcio Barbosa fala precisa ser aberta e quem é que tem poder para abrir ela? A Câmara de Olinda. Eu costumo dizer também que vocês aqui, a Câmara de Olinda precisa ter consciência da força que ela tem, da importância que ela é como Parlamento Municipal. É obrigação da Câmara, antes até de legislar, fiscalizar. A fiscalização do Município, a fiscalização primária é responsabilidade é da Câmara, não é do Tribunal de Contas não. Então a Câmara precisa acordar para isso e eu quero aproveitar a oportunidade de sugerir à Comissão de Saúde daqui da Câmara, que veja dentro dos instrumentos regimentais que nós temos qual a melhor forma de nós abirmos essa caixa-preta. Seja qual for o abridor, a chave, o machado, o que for necessário. O que não pode é a gente ficar aqui se reunindo ano a ano dizendo que a maternidade vai abrir, que ela fechou, que precisa abrir, que ela é importante, que ela é isso, que ela é aquilo, e a gente não tomar uma atitude, então a responsabilidade dos vereadores aqui é muito grande com relação não só à Maternidade Brites de Albuquerque, mas como todo e qualquer assunto que trate do dinheiro público, que é o dinheiro do eleitor, do cidadão da cidade, do cidadão de Olinda. Então essa responsabilidade, eu quero aqui pedir encarecidamente, que não é só a gente pedir à secretária que está chegando agora para falar com o Governo do Estado não. É a Câmara entrar nessa questão, brigar por isso, provocar o Ministério Público, provocar o Tribunal de Contas do Estado, provocar o Tribunal de Contas da União se tiver recurso da União lá, para a gente descobrir que danado que está acontecendo. São 22 anos que vem dinheiro, não se termina, volta, pede emenda, pede mais dinheiro, vem dinheiro, volta e continua nisso e ninguém resolve em nada. Então, eu acho que a gente está passando por um momento que precisa reavaliar o

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

papel de cada um e por em prática aquilo que a gente está discursando aqui 'é muito importante, é muito bonito, a maternidade se vai ser de alto risco, baixo risco' isso é o que menor interessa agora, eu quero saber é se ela vai funcionar e mais do que isso: a gente precisa saber por que é que veio o dinheiro e aí eu vou além do que o vereador Márcio Barbosa disse aqui, talvez o dinheiro que veio não tenha dado para construir mais 4 não, talvez tenha dado para equipar o Município todo, porque são 22 anos de recurso que estão indo embora pelo ralo. Então, Presidente, é essa mensagem que eu quero deixar aqui, pedir que a Câmara acorde para a responsabilidade que ela tem, que ela trate desse assunto com mais seriedade. Obrigado." **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** "Secretário Ubiracy Lyra, esse peso eu não carrego das minhas costas. Eu fui um dos autores aqui da CPI das obras inacabadas do Município. Eu denunciei ao Ministério Público Federal todas as irregularidades do Município com relação à Saúde e Educação também. Eu denunciei ao Ministério Público Estadual e inquérito que está lá aberto é peça inicial nossa tanto da Educação, que é o Inquérito 72014, com relação às escolas, que a gente mostrou 96 escolas precisando de recuperação e fizeram um Termo de Ajuste de Conduta para fazer 50 e até agora só fizeram 25. Estou acompanhando o inquérito. Então, eu não carrego esse peso nas costas como vereador e a qualquer momento qualquer vereador tiver qualquer ensejo de fazer qualquer investigação, essa Mesa não vai se curvar a ninguém. Eu quero dizer isso, que aqui a gente não tem esse tipo de procedimento. Agora, existe o inquérito no Ministério Público sobre os postos de saúde, Maternidade Brites de Albuquerque, todos os problemas de saúde estão lá, no inquérito aberto, inclusive as audiências que a secretária participou com certeza tinha um instrumento investigatório encima da mesa, que a promotora só poderia chamar uma audiência nesse sentido se tivesse alguma investigação em curso." **SECRETÁRIA DE SAÚDE (ANA MARIA):** "Não, essas da Rede Materno-Infantil são uma iniciativa do CAOP." **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** "Sim, mas é um processo investigatório. É inquérito civil, eu vi, eu estava lá na audiência, a senhora não estava não." **SECRETÁRIO LEGISLATIVO JÚNIOR LYRA:** "Foi na época das escolas." **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** "Foi na época que o outro secretário assumiu num dia e no outro ele saiu, esqueci o nome dele. Ele disse 'é tanta bomba que tem lá que eu não vou assumir' aí a senhora assumiu. Então, o inquérito estava encima da mesa lá e o problema maior daquela época era o posto de saúde pronto-socorro de Peixinho, a falta de médicos e a Brites de Albuquerque. Tem sim o inquérito lá, talvez a senhora não tenha sido comunicada, mas tem. E na Educação eu tenho certeza, eu digo o número dele, é o 72014. Então, o Ministério Público tem ciência, quem tem capacidade de propor ação é o Ministério Público e ele está colhendo as informações nas audiências que estão fazendo com os secretários, vários secretários passaram pela Secretaria de Saúde. Vocês sabem disso. Concordo com o senhor Júnior Lyra, que essa Câmara tem instrumentos diferentes do que o Ministério Público tem e que também são eficazes, só que essa Câmara já produziu relatórios circunstanciados, eu mesmo assinei vários relatórios circunstanciados de toda estrutura daquela maternidade, dos postos de saúde que tinham fechado, da questão do não atendimento aos idosos, da questão do não atendimento às mulheres com alto risco, tudo isso foi feito. Está lá no Ministério Público. Nós poderemos fazer outro? Poderemos, mas essa Casa não ficou inerte não, essa Casa trabalhou. Alguns vereadores com certeza. Independente de CPI, que não foi dado a cabo, mas as informações chegaram lá e foi aberto um inquérito. Inclusive eu recebi uma comunicação no Ministério Público Federal com relação ao inquérito que está lá aberto com relação também à Maternidade Brites de Albuquerque, porque ela inicialmente recebia o parto de alto risco, que é aquele percentual do Rede Cegonha, me parece. Então aquele dinheiro lá, se ele foi devolvido, talvez." **SECRETÁRIA DE SAÚDE (ANA MARIA):** "Ele foi devolvido para o Estado e não mais é depositado na conta do Município de Olinda." **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** "Pronto, mas existia um depósito antes." **SECRETÁRIA DE SAÚDE (ANA MARIA):** "Existia." **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** "Justamente, foi denunciado por essa Casa." **SECRETÁRIA DE SAÚDE (ANA MARIA):** "O Estado repassava um recurso da Rede Cegonha." **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** "Mas não tinha total eficiência." **SECRETÁRIA DE SAÚDE (ANA MARIA):** "Mas aí

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

isso já foi corrigido pelo Estado.” **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** “Pronto, ainda bem que foi corrigido, mas eu quero dizer a vocês que essa Casa não está com os olhos fechados, nós não tínhamos a maioria aqui, que eu era oposição, mas o vereador Jesuíno estava comigo nessa empreitada, o vereador Arlindo Siqueira, vereadora Graça Fonseca assinou, vereador Nido, vereador Riquinho e o vereador Joabe assinou e depois retirou. Então, essas são as verdades dos fatos. Hoje, nós temos as informações lá no Ministério Público que a qualquer hora pode abrir uma ação de improbidade administrativa dos gestores que conduziram de forma errada o erário. Então, é um tempo de se rever qualquer peça? É. Isso é bom a gente dizer porque está sendo transmitido ao vivo para as pessoas que estão assistindo, para não dizer que a gente nunca tomou as providências. Quantos pedidos de informação essa Casa já mandou para a Secretaria de Saúde? Todos os vereadores aqui fazem. Esses pedidos de informação, queira ou não, é um chamamento ‘Olha, está acontecendo isso, por que está acontecendo?’ e o Governo tem que ir corrigindo, de acordo com a capacidade dele. Agora, eu concordo que um prédio daquele tamanho, daquela estrutura, numa PE, que é uma via de trânsito rápido, podendo ser utilizada de forma positiva pelo Município, aí fica essa situação entre o Governo do Estado e o Município e nem um nem outro assume a responsabilidade e a população paga imposto, tanto o Estado, como o Município como para a União. E não está sendo atendido no seu objeto principal que é a Saúde. Então, eu acho que realmente precisa sim aquele prédio ser utilizado, secretária, e pode ser um desafio da senhora colocar aquele prédio. O vereador perguntou ‘A gente tem condições de receber a Brites em 2020’ e a senhora não deu garantia. É muito triste para a gente.” **SECRETÁRIA DE SAÚDE (ANA MARIA):** “Eu não tenho como falar pelo Governo do Estado nem pelo Governo Federal.” **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** “Eu entendo. Só para eu encerrar minha fala, eu não ia nem falar hoje. Eu tinha dito para mim mesmo que eu não ia falar, só ia ouvir, mas tem coisas que não dá para ficar calado. Primeiro Governo abre, fecha com 2 anos (97). Segundo Governo, pega fechada, faz um arremedo, reabre junto com o Governo do Estado, prometendo parto de alto risco, mais de 25 incubadoras lá estavam perfeitas e a gente perdeu tudo aquilo ali, porque ela só se mantém se estiver ligada, desligaram. O bloco cirúrgico, as macas, eu encontrei lá várias salas cheio de material de batas novas zeradas, roupa de médico, foi uma tonelada de roupa que até hoje não se sabe para onde foi aquilo ali. Eu acho que com 20 anos ninguém usava aquilo ali, de tanta quantidade. A gente encontrou maquinário quebrado, doutora Graça, a gente encontrou material de cirurgia jogado no chão, e a gente fotografou isso e mandou para o Ministério Público, está lá. Construíram 20 quartos para as mulheres, depois do parto de alto risco ser acondicionado lá, está lá parado. Então, na verdade, a gente tem um grande instrumento público próprio e a gente vive alugando e a gente não usa o que está lá. Eu acho que tem que haver uma independência aí, vereador Ricardo Sousa. Já que se entrou 37% da Receita Corrente Líquida de infraestrutura, só está se colocando 3% a mais na Saúde, aumenta isso aí, porque não é inconstitucional gastar mais com a Saúde, é inconstitucional gastar menos do que 15. Vamos colocar essa maternidade para funcionar, mesmo que não seja de alto risco, já que não tem necessidade de tantas mulheres com alto risco. Coloca-se 5 leitos, 10 leitos de alto risco e coloca o resto sem ser alto risco e deixa de estar pagando 2 milhões ao Tricentenário e utiliza uma parte de ambulatório também, é isso que a gente precisa fazer.” Eu queria me desculpar Secretária, por não... Eu juro à senhora que eu não queria falar hoje, mas quando se tocou na responsabilidade dessa Câmara, eu não vou, nunca mais, deixar de valar, porque a atas daqui estão servindo de prova material. Quanto mais se fica calado, mais se é culpado. Então eu queria dizer que a gente aqui não está, nunca esteve, porque sempre teve vereador aqui que foi contrário às situações que são perenes, mas sempre tiveram vereadores que contestaram. Então só é buscar nos anais da Câmara. Então eu queria, vereador Ricardo Sousa, que Vossa Excelência é da área e saúde, sabe do que eu estou falando, da indignação, mas a gente não pode escutar, mais uma vez, a Secretária de Saúde não ter um planejamento mínimo para aquele prédio lá que a gente está. A gente tem que cobrar, sim. Eu só queria dizer que a gente não pode aceitar que o município vai ter um incremento de 39% da sua receita corrente líquida e a

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

gente não poder ter um planejamento geral. Mas eu quero só buscar na receita corrente líquida, que é onde tem o percentual da saúde. A gente não poder ter um planejamento mínimo para aquele prédio. Ai o SAMU teve problema lá, aí vai para lá e se instala. Daqui a pouco tem uma policlínica que tem um problema, aí vai lá e se instala. E ali vai servir de que? De reserva técnica para o município? Então eu acho que não. Eu acho que a gente tem que ter coragem de colocar um planejamento, embora que o Prefeito Lupércio não execute em 2020, mas ele tenha o planejamento de querer executar. Até politicamente é importante para ele, porque já fazem 3 anos que ele está aí, e no último ano ele dizer que não tem um planejamento para lá, eu acho que é ruim. Então eu queria me solidarizar com as pessoas que defendem a reabertura da Maternidade Brites, independente que seja de alto risco, mas que seja utilizado aquele prédio com eficiência para a população.” **SECRETÁRIA DE SAÚDE:** “Posso fazer um comentário? É que eu queria falar dele (Ricardo Sousa), até porque, como uma pessoa da saúde, ele sabe que o Sistema Único de Saúde tem regras, e uma maternidade para ser classificada e habilitada como de alto risco ela tem que cumprir os parâmetros do Ministério da Saúde. Então não existe a possibilidade de a gente dizer que a maternidade vai ter apenas 5 leitos de alto risco e o restante para risco habitual, isso não existe no Sistema Único de Saúde. A maternidade de alto risco tem que ser inteira equipada e com infraestrutura, equipamentos e recursos humanos habilitados para o alto risco, se não a gente não pode realizar partos de alto risco nessa maternidade. Então não existe a possibilidade de ter apenas 5 leitos para a maternidade de alto risco, isso não existe. E, assim, era bom esclarecer o custo de uma maternidade de risco habitual. Uma maternidade de risco habitual que faça em torno de 300 partos por mês custa para o tesouro municipal um milhão e meio de reais por mês. Isso é o custo de uma maternidade de risco habitual para 300 partos por mês. Nós pagamos do tesouro ao Tricentenário 420 mil por mês, o que é bem menos do que um milhão e meio. Então, abrir uma maternidade de risco habitual no município de Olinda hoje, é uma atitude que vai contra a economicidade, porque hoje a gente tem uma economicidade ao comprar o serviço de uma maternidade do Tricentenário. Então é preciso também que a gente pense nisso antes de pensar em assumir o custo da Brites de Albuquerque como risco habitual.” **VEREADOR RICARDO SOUSA:** “Na realidade Secretária a gente compreende que a compra do serviço de baixo risco na questão do parto no Tricentenário sai mais barato, concordo. Mas a gente fica aqui refém de um prédio público da magnitude, tamanho e infraestrutura que tem aquele prédio da Brites de Albuquerque, e a gente vê ele ali ocioso, servindo hoje de remendo para abrigar o SAMU enquanto se faz uma reforma. E o que a gente queria, o que eu queria, o que eu vislumbro é ver aquele prédio funcionando. Olinda não tem um hospital municipal, Olinda tem um pronto socorro que funciona ‘capengando’, falo disso porque eu já trabalhei lá, aí é de experiência própria, não estou falando porque soube ou ouvi falar não. Trabalhei nos dois SPA’s daqui. Antigamente era o SPA adulto, ali onde era a Pronto Médica, de frente ao HSBC, e lá era o SPA infantil, trabalhei nos dois. Depois fechou e fomos lá para o inferninho onde é o SAMU, nos Milagres, trabalhei também lá. Então funciona doutora. Queria convidar a Senhora para a gente passar lá uma manhã para a gente vê como funciona. Funciona ‘capengando’ a duras penas. E, graças a Deus, aqueles profissionais que estão lá, colegas nossos de profissão, se dedicam ao máximo para salvar vidas, e funciona ‘capengando’, mas dá uma certa qualidade no atendimento porque os profissionais são muito comprometidos. E eu queria que a Secretaria hoje pudesse, o governo hoje pudesse, vislumbra naquela Brites de Albuquerque se não há a necessidade de a gente estar ofertando parto, porque o Tricentenário já cobre, e aí não vale apenas entrar nessa discussão de se comprar serviço ou não. Está comprando serviço, está funcionando, tudo bem. Por que a gente não pensar ali em um hospital de pequeno porte, onde a gente possa estar atendendo a população de Olinda, ou até como o vereador Algério falou, por que a gente não vê outra utilidade para aquele equipamento que está ali, para a gente poder estar tirando aquilo ali da inércia, e a gente poder estar dando à população olindense a oportunidade de ter mais um equipamento, espero que seja de saúde, para poder estar atendendo a população. Então esse é o compromisso que a gente quer. Saindo aqui um pouco da Maternidade e

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

voltando para a LOA. Doutora, a gente tem uma rede de odontologia no município que atende muito quem do necessário. Então eu queria que a Senhora pudesse, nas suas palavras, falar um como está o planejamento para a gente ampliar a questão da saúde bucal do nosso município. Muito obrigado.” **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** “Eu só quero aqui responde o que foi colocado aqui na questão da Câmara, que eu tenho minha consciência muito tranquila aqui no meu segundo mandato como vereador, sempre fazendo o papel do vereador aqui. Então todas as noites eu durmo com minha cabeça no travesseiro, tranquilo pelo trabalho que a gente vem realizando aqui na Câmara de vereadores pelo segundo mandato. No mandato passado, em 2015, tudo o que o vereador Jorge Federal falou, acompanhamos e estávamos presentes em todas as ações do que aconteceu com a gestão passada na questão da saúde. A questão dos postos de saúde fechados, na questão da Brites de Albuquerque, na questão das escolas, do teto que foi feito, inclusive fomos ao Ministério Público conversar com a promotora e mostrando a situação, principalmente a situação da Escola Claudino Leal, que nem sanitário tinha. Denunciei aqui no mandato passado essa situação, que nem sanitário tinha naquela escola, e foi a primeira escola que foi feita pela gestão passada, começaram a fazer e terminaram na gestão do Prefeito Lupércio, resolvendo a questão dos banheiros, a questão da rampa e acessibilidade e outras situações na questão estrutural naquela escola de Tabajara, a Escola Claudino Leal. Então, muito tranquilo. Quando foram denunciados também, na época, os remédios vencidos no posto de saúde da 5ª etapa, que estavam no lixo, que hoje tem um inquérito rolando também. Então, muito tranquilo com todo o trabalho sendo feito e, com certeza, as investigações, o inquérito que está acontecendo, e várias situações vão estar acontecendo. Agora, lógico que a nova gestão termina pagando coisas da gestão passada, e termina tendo, não pagando, mas termina tendo que responder coisas da gestão passada que deixaram muito a desejar. Então quero dizer aqui que o nosso trabalho na Câmara é um trabalho de consciência e vou continuar fazendo o papel aqui de vereador enquanto estiver no mandato, até 2020, sempre procurando levar as melhorias para as comunidades carentes da cidade de Olinda e mostrar a realidade. Todos os anos a gente faz a blitz nas escolas, como a gente faz as blitz nos postos e sempre encaminha para a secretaria responsável, tanto a de educação como a de saúde, o que vem acontecendo, e tenho certeza que os secretários sabem de todas as dificuldades e espero que consigam resolver a tempo. Muito obrigado Sr. Presidente.” **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “Eu gostaria de primeiro parabenizar a Secretária Ana por essa explanação bem clara. Acho que a saúde é no Brasil todo. Acredito que nas 5.600 cidades brasileiras, talvez 10 tenham a saúde 100% perfeita. Os avanços que ela bem declarou aí, que já tem na saúde nesse período do Professor Lupércio, eu acho isso muito significativo. Vossa Excelência mesmo, no discurso, pediu que fosse até feita uma ação, a Maternidade por exemplo, mesmo que não fosse inaugurada ou usada no anão que vem, deixasse para depois. Eu acho isso aí uma coisa um tanto quanto perigosa. Imagine propor algo que vai fazer para o ano e não fazer. Tem aquele problema que já tem em outras áreas por aí, que a gente sempre tem visto problemas vindos de vários cantos. Eu acho, sugiro que a Dra. Ana pudesse implementar um estudo para essas questões que foram discutidas aqui sobre a Maternidade, que realmente é preocupante para todos nós, e que pudesse mostrar para esta Câmara a probabilidade de um futuro, a implementação de um projeto que pudesse viabilizar, sei lá, daqui há um ano, dois anos, talvez atendesse as reivindicações dos vereadores aqui. Porque eu acho que se dizer hoje, colocar em uma estrutura que para o ano poderá funcionar e não funcionar, isso é muito perigoso. Eu sugiro isso, que seja feito um estudo, seja viabilizado um projeto de que dentro de dois anos, três anos, possa haver uma possibilidade de se estruturar essa maternidade, que é uma coisa solicitada realmente por todos os olindenses. É isso que eu queria deixar.” **SECRETÁRIA DE SAÚDE:** “A decisão sobre o uso do prédio da ex-maternidade, o da Maternidade Brites de Albuquerque depende da decisão que será tomada pelo Governo Estadual nesse fórum, que é o fórum composto pelo Ministério Público Estadual, o Governo Estadual, Secretaria Estadual de Saúde e secretários municipais de 19 municípios da Região Metropolitana, que tem prazo para terminar esse estudo para que o Governo do Estado possa definir se vai ou não manter

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

a Brites de Albuquerque dentro do plano de ação da rede materno-infantil como uma maternidade de alto risco. Qualquer atitude da gente, município, de uso daquele prédio para outra finalidade antes do término da negociação com o Estado, é uma antecipação, é uma precipitação. A gente precisa terminar essa discussão junto ao Governo do Estado, Governo Federal e municípios da Região Metropolitana, que está em curso, como eu disse, em 6 meses eu já fui para 8 reuniões a cerca desse assunto, para que o Governo estadual diga: 'Não fará mais parte do plano estadual.' Porque hoje consta do plano estadual da rede materno-infantil a Maternidade Brites de Albuquerque como de alto risco. Então a gente precisa aguardar essa definição do Governo Estadual, porque se não a gente está se precipitando de usar o prédio para outra finalidade que não seja de uma maternidade de alto risco. Ela já sofreu várias reformas, várias intervenções para se adaptar ao regramento da ANVISA e atender aos critérios das resoluções para que ela possa ser uma maternidade de alto risco. Qualquer atitude de usar aquele prédio com outra finalidade, não é adequada. Então, somente após essa decisão, somente após isso é que a gente, enquanto município, definir o que vai fazer com aquele prédio, mas antes disso, a minha opinião é que a gente mantenha o que está no plano de ação do Governo Estadual. Porque a gente tem que... Muito foi investido lá para torna-la uma maternidade de alto risco. Então, qualquer coisa que a gente faça será precipitada." **Presidente (JORGE FEDERAL):** "Impressionante a gente ficar refém do Estado. Se o estado vier a decidir e quando ele vai decidir. Assim, eu vejo que o município tem sua independência, mas como vai ter esse fórum, espero que seja o mais rápido possível, seja decidido e que o Governo Municipal tenha a sua capacidade individual e também dizer o quê que a sua sociedade quer. Porque eu não vejo que nós precisamos ficar refém do Estado. Nós temos uma receita própria, o prédio é nosso, temos deficiência de necessidade de prédio. Não temos? A gente está alugando o prédio aí, a maioria dos lugares é alugado. Então a gente precisar dar uma resposta para a sociedade, porque aquilo ali não pode ficar mais fechado, e nem servir de garagem para o SAMU. A gente tem que reativar como instrumento público de saúde. Inclusive isso, não podemos mudar o foco, já que a saúde é um dos itens que a gente precisa melhorar muito, já que vem sofrendo tanto com a falta de médicos. Quando se falta médico, a equipe não é completa, quando a equipe não é completa, a pessoa não é atendida, quando a pessoa não é atendida a doença chega a outro nível, chegando em outro nível, passa para o Estado, e esse Estado que a gente entrega nossos olindenses não quer que a gente tenha aqui um instrumento aberto. Essa tal de regulação, para mim, é a pior coisa do mundo que criaram, porque as pessoas me procuram e não sei se procuram os outros vereadores, são 3, 4 meses para marcar uma consulta. Então isso não existe. A gente tem que criar uma metodologia diferente para que as pessoas do nosso município, na saúde básica e média, a gente possa atender sem estar precisando unicamente do Estado. Porque a gente precisa 100% do estado na média complexidade, praticamente. A Policlínica lá da 4ª etapa está fechada, fui lá e está cheia de metralha. A UPA está fechada. Dois instrumentos no mesmo bairro, que atendem 4 mil pessoas cada um deles. Esse pessoal está sendo atendido aonde? Não está sendo atendido." **VEREADOR VLADEMIR LABANCA:** "Esse programa de médicos do Governo Federal, eu enxergo que atualmente o Governo Federal tem a tendência de diminuir o repasse e investir diretamente nos médicos. Diante da situação de Olinda, que é uma situação realmente, de falta e dinheiro. A cidade é uma demanda muito grande, um problema grande, tendo que pagar um médico abaixo do que o médico recebe normalmente em outros municípios na iniciativa privada. Como é que está sendo tratada essa questão?" **SECRETÁRIA DE SAÚDE:** "O programa 'Médicos pelo Brasil' veio substituir o programa 'Mais Médicos' do governo anterior. A proposta do programa 'Mais médicos' tinha um tripé, que era lotar médicos nas áreas de difícil acesso. Então o Governo Federal contratava os médicos e os lotava nesses municípios. Então existiam critérios que o Governo Federal identificava quais era as áreas mais carentes, municípios mais carentes, zona rural mais distante, difícil acesso com menor provimento de médicos. O segundo era implementar e fortalecer a formação de médicos no Brasil. Então ele fez todo um trabalho de criar faculdades de medicina pelo Brasil a fora, interiorizando as faculdades. Então você teve... Pernambuco foi


CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

contemplado com faculdades em Olinda, em Caruaru, em Serra Talhada, faculdades ao longo do Estado, a própria UNIVASF em Petrolina, para que formasse mais médicos, porque não adianta só ele contratar o médico agora e não ter mão de obra para que possa ter esse médico nessas regiões. E o terceiro era qualificar a atenção básica para que os municípios pudessem ter unidades com melhor estrutura física para que esses profissionais trabalhassem. Então isso foi feito no programa 'Mais Médicos', que foi substituído agora pelo programa 'Médicos pelo Brasil'. A proposta é boa, porque, da mesma forma que o anterior, prevê a contratação pelo Governo Federal, então quem contrata é o Governo Federal, esse recurso não sai do tesouro municipal e nem entra na conta de percentual gasto com recursos humanos. Então isso beneficia municípios de menor porte, municípios mais pobres, que não tem como comprometer mais recursos com contratação de mão de obra. É um programa que ajuda, sim, o município de Olinda. A gente tem aqui 26 médicos que são do programa 'Mais Médicos' e que passarão a ser do programa 'Médicos pelo Brasil'. Desses 26 a gente tem exatamente os 6 que estão faltando, são 6 que terminaram o programa 'Mais Médicos' e que ainda não começou efetivamente a lotação dos médicos no programa 'Médicos pelo Brasil'. Então com essa transição a gente ficou com menos 6 médicos, mas aí o governo municipal está assumindo a contratação desses 6 médicos com o dinheiro do tesouro enquanto a gente não tem o provimento pelo Governo Federal. Então isso é, sim, uma iniciativa positiva do Governo Federal que vem fortalecer uma política já existente nesse mesmo propósito. É sempre com a intenção de lotar médicos em áreas de difícil provimento. Eu respondi a sua pergunta?" **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** "Encerradas as falas. Tem algum vereador que quer se pronunciar com relação às três autoridades aqui do município, fazenda, saúde e educação, com relação à LOA? Não né. Então, não tendo mais o que deliberar encerro a presente audiência pública, convocando a ordinária para quinta-feira no horário regimental. E abrindo o prazo para, a partir de agora até sexta-feira, a emendas para a LOA. As emendas para a LOA até sexta-feira, às 17 horas, aqui na Casa para que a gente possa..." O Presidente agradeceu a presença de todos na audiência E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.



JORGE FEDERAL - Presidente



VLADEMIR LABANCA - Secretário